

MANIFESTO E DECLARAÇÃO DE REIVINDICAÇÕES

Em decorrência da pandemia do Covid-19, pelas organizações sociais do Município de Londrina/PR

Londrina, 10 de junho de 2020.

Ao Exmo. Sr. MARCELO BELINATI
DD. Prefeito do Município de Londrina/PR

As organizações que compõem o Comitê Unificado de Londrina têm profunda preocupação com a vida das trabalhadoras e trabalhadores da cidade, em um momento que o País atravessa crises econômica, política e social agravadas pela gravíssima crise sanitária em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

No intuito das organizações que compõem o Comitê Unificado colaborarem com o combate à pandemia e a preservação da vida, levamos em conta as seguintes considerações:

1. A atual pandemia pelo novo coronavírus registra mais de 7 milhões de casos e 408.954 mortes em escala global (09/06);
2. O Brasil é o segundo país em número de pessoas adoecidas pela COVID-19, com 707.412 casos confirmados e mais de 37 mil óbitos (09/06);
3. Paraná, estado que registrou 243 mortes por COVID-19 (08/06), além de 1.117 mortes por síndrome respiratória grave, com crescimento de 513% em 2020 com relação ao mesmo período do ano de 2019;
4. Ainda não chegamos ao pico de casos na cidade de Londrina e temos a 2ª maior taxa de mortalidade do estado. Os casos confirmados em Londrina saltaram de 272 (24/05) para 674 (09/06), o que equivale a um aumento de 247% em 16 dias, período que coincide com a flexibilização do comércio e abertura de serviços não essenciais;
5. Entre 01/03/2020 e 30/05/2020 foram notificados 10.085 casos suspeitos de Síndromes Gripais (SG) de residentes de Londrina - sendo que a maioria não chegou a ser testada; e 983 internações por Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG) nos hospitais de Londrina;

6. Nesse mesmo período, o número de mortes confirmadas por coronavírus tem sido crescente, registrando 34 óbitos confirmados (09/06). Ressaltando que esses óbitos são, em sua maioria, evitáveis, com medidas de prevenção adequada;

8. As testagens ainda estão aquém do ideal, evidenciando um cenário de subnotificação epidemiológica. Se considerarmos uma mortalidade em torno de 4%, teríamos uma indicação de casos quase 10x maior do que os evidenciados por dados oficiais;

9. A transmissão do vírus ainda é inicial nas periferias, situação que tende a se agravar e colocar em risco a vida de milhares de pessoas em vulnerabilidade, jovens, negros, mães, trabalhadores;

10. Chegamos na lotação dos serviços de UTI dos hospitais referência regional, que se estima para mais de 2 milhões de habitantes;

11. O índice crescente de contaminação, adoecimento e mortalidade entre os trabalhadores de saúde, tem ocasionado aumento das jornadas de trabalho, sobrecarga e risco de desfalque nas equipes;

12. Desde 25 de maio de 2020, a Prefeitura de Londrina não divulga os dados de contaminação de forma objetiva, obrigando o cidadão a acessar o boletim do dia anterior, realizar um cálculo e, só assim ter acesso a quantidade de novos casos das últimas 24h;

13. Desde o início da pandemia, a Prefeitura de Londrina não tornou pública, de forma objetiva, a quantidade de testes realizados já que, para alcançar esta informação, o cidadão precisa acessar o boletim diário e somar dados para obter o total de testes;

14. Tivemos uma reunião com o Sr. Marcelo Belinati, no dia 2 de abril, e levamos nossa preocupação com a abertura do comércio, e que seria necessário um confinamento com garantia de direitos. Nossas solicitações não foram atendidas, além do fato de que o prefeito cedeu às pressões da ACIL e, depois dessa flexibilização, a situação em Londrina, que era estável, começou a apresentar os dados apontados acima, que são mais do que preocupantes;

15. No dia 18 de maio, a Prefeitura respondeu às dúvidas apresentadas pelo Comitê Londrinense de Solidariedade mas ainda não detalha muitas questões como os critérios de testagem, meta e prazo para compra de novos testes, meta de cobertura de testagem, hospital de campanha e atendimento urgente às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Queremos saber, objetivamente:

1- O comércio, as indústrias, as feiras livres e os shoppings seguem abertos, em funcionamento amplo, apesar de certas restrições. Existe previsão para novo

fechamento de serviços não essenciais, diante da entrada do município na curva de crescimento rápido da transmissão pelo novo coronavírus? Se sim, qual a previsão?

2- Por que não existe representação popular, da sociedade civil organizada, e do Conselho Municipal de Saúde no Centro de Operação de Emergências em Saúde Pública (COESP), que está assessorando o prefeito na condução da pandemia? Por que as entidades populares não foram incluídas, já que muitas acompanham de perto as comunidades, principalmente da periferia e poderiam passar melhor a real situação dessas famílias, que em sua maioria estão em situação de vulnerabilidade?

3- Por que os casos suspeitos não estão sendo devidamente divulgados, mesmo os que não foram testados, como os pacientes com síndrome gripal (CID 10 J11) ou síndrome respiratória aguda (CID 10 - U04.9) - que inclusive, somados, passam de 10 mil casos de março a maio? Na prática, esses pacientes são também isolados pela suspeita de Covid-19?

4- Ainda existem muitas famílias que não têm acesso sequer a máscaras, álcool gel ou produtos básicos de higiene. Qual a previsão de atender a essas pessoas?

5- Existe uma política de compra, por parte da prefeitura, de alimentos que estão sendo produzidos pela agricultura familiar e pelos assentamentos para distribuir nas periferias de Londrina?

6- Parte considerável da população não possui renda para sobreviver sendo obrigada a sair do isolamento social para buscar seu sustento. Qual a razão de o prefeito sequer analisar a ampliação da renda básica que levamos como proposta?

7- Por que o Prefeito de Londrina repassou 5 milhões para ONG da ACIL de microcrédito, quando a Prefeitura tem, há décadas, parceria com o Casa do Empreendedor, que tem expertise e conhece as demandas dos pequenos empreendedores de Londrina?

8- Quais são os estímulos e incentivos de microcrédito e isenção de impostos para o MEI's, já que há esse estímulo para a ACIL?

9- Qual o número total de pacientes que foram testados para Covid-19 em Londrina, desde o início do novo coronavírus e quantos testes diários estão sendo realizados atualmente, tanto por PCR quanto por sorologia?

10- Por que os testes ainda não estão sendo realizados pelas UBS referência?

11- Existe previsão de aumento do número de testes para o próximo mês? Qual a quantidade e quando terá início?

12- Quantos leitos são destinados para Covid-19 no HU e nos outros hospitais hoje? Qual a taxa de ocupação desses leitos? E qual a taxa de ocupação dos leitos não-Covid?

13- Qual é, de fato, a previsão de prazo do hospital de campanha e da nova Unidade de Terapia Intensiva?

14- É sabido que o HU depende de doações. Há inclusive uma ótima iniciativa organizada por residentes através de uma página nas redes sociais que pede por doações como hipoclorito, álcool líquido e gel, sabonete líquido e produtos de higiene pessoal. Existe algum planejamento da prefeitura específico para atender a essa demanda tão básica?

15- Soubemos que a Universidade Estadual de Londrina formalizou recentemente um convênio com a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, que viabilizou 4 mil testes. Esses testes já começaram? Qual a previsão da aquisição de mais testes, depois desses 4 mil?

16- Como está sendo realizado o acompanhamento de pacientes que apresentaram sintomas e foram orientados a ficar em casa em isolamento?

17- Estamos em contato direto com trabalhadores e trabalhadoras da saúde e temos recebido preocupações diárias sobre o cotidiano nas unidades da saúde. Em detalhes, qual é a situação da ocupação dos leitos das UTIs 1,2,3 e 4 do HU, além da UPS, da Emergência e dos pacientes em IOT (Intubação Orotraqueal) hoje? Por que os dados divulgados não correspondem à realidade vista pelos trabalhadores?

18- Como está sendo realizada a higienização das ruas e calçadas próximas a hospitais, UPAs e postos de saúde? Com que frequência?

Diante do cenário atual descrito acima, e imensamente preocupados com a vida da nossa população, reforçamos ainda que uma política mais focada na lógica hospitalar não é adequada, é preciso se concentrar em políticas de **prevenção**. Por

isso, voltamos a reafirmar a necessidade urgente de **DISTANCIAMENTO SOCIAL** com **DIREITOS BÁSICOS ASSEGURADOS** pelo poder público. Portanto, além das respostas objetivas às perguntas que fizemos, gostaríamos ainda de saber o que há de planejamento estratégico nas seguintes questões, a curto prazo:

- A) As populações mais vulneráveis precisam ter prioridade, com especial atenção aos idosos desamparados, às pessoas em situação de rua e àquelas com necessidades especiais, aos encarcerados, às mulheres vítimas de violência, às comunidades negras, indígenas e das periferias urbanas e rurais. Essa atenção especial deve garantir a integridade e a sobrevivência dessas pessoas, com a implementação de um Plano Emergencial de Proteção Social, com medidas de curto prazo, assegurando, por exemplo, alimentação, acesso à produtos de proteção e higiene, acesso ao auxílio emergencial (muitas famílias sequer têm acesso à internet para acessar o benefício), mais apoio à Patrulha Maria da Penha para dar conta dos casos de violência doméstica e intrafamiliar, que tem aumentado muito, além de apoio à Casa Abrigo, que pode ter sua demanda afetada durante esse período;**
- B) Medidas diretas e indiretas de segurança alimentar, como “kit alimentação”, tabelamento do preço do botijão de gás e suspensão de contas de água e luz, bem como do pagamento de tributos para famílias com renda de até três salários mínimos, devem ser urgentemente postas em prática;**
- C) Renda básica complementar que garanta um alívio para os/as trabalhadores/as, para que fiquem em suas casas com dignidade. Para tanto, o ideal seria alcançar o salário mínimo de R\$ 1.045,00, complementando e cumulativo com outros benefícios a renda em relação à oferecida pelo Governo Federal, podendo ser com vale-alimentação, entre outras formas de alcançar essa renda mínima de dignidade. Para a operacionalização dessa renda, garantir facilidade do acesso com critérios menos burocráticos como registro no MEI, não exigência de comprovante de residência, maior transparência dos dados. Nos dispomos a participar da formulação e operacionalização imediata dessa renda básica complementar que deveria durar pelo menos até um mês depois de voltar a normalidade (aqui, estaríamos considerando “normalidade” o não aumento do número de casos**

pelo período de pelo menos um mês). Que seja mais amplo que renda emergencial eventual, ampliando as famílias que tenham acesso, entendendo que a pobreza aumentou nesse período. Sabendo que há verbas que poderiam ser utilizadas para dar suporte a esse programa, como suspensão das dívidas dos municípios e a declaração de calamidade pública que libera o município para aumentar sua capacidade de endividamento. Lembrando que o custo dessa renda pode ser mais econômica que uma UTI para 10% da população londrinense;

- D) Necessidade de empréstimo aos MEI's, sabendo que diversos trabalhadores empreendedores precisam garantir o futuro de suas iniciativas, e que o pequeno empresário gera emprego na cidade. Considerando a perspectiva de aumento do desemprego e da depressão econômica por pelo menos até 6 meses depois da pandemia. O município deve apoiar com empréstimo de no mínimo 3 meses do fluxo de caixa dos micro e pequenos empreendedores, com carência de no mínimo dois meses depois da normalidade.
- E) É preciso um plano emergencial com maior investimento nos agentes de saúde que são um grupo de apoio importante em momentos como esse, para ajudar inclusive no mapeamento de pessoas com histórico de comorbidades, grupos de risco, além de dar orientação às pessoas sobre medidas de prevenção;
- F) É necessário um canal direto de diálogo com a Prefeitura para que as pessoas possam tirar dúvidas e é importante envolver o SUAS nesse processo, que está apto para esse atendimento.

Por último, mas não menos importante, gostaríamos de pedir que haja o comprometimento da Prefeitura em relação à definição de **prazos**, inclusive um prazo para a resposta deste documento, visto que a população não pode ficar sem o retorno dessas respostas por muito tempo. Inúmeras ações de resistência e solidariedade estão sendo garantidas por diferentes entidades mas não é possível atender a toda a demanda. Além disso, esse atendimento é principalmente responsabilidade da

Prefeitura. É mais do que urgente uma posição do prefeito e mais do que respostas, ações práticas que impactem positivamente na dura realidade em que estamos atravessando, principalmente as nossas comunidades mais vulneráveis. Por isso, nós, abaixo assinados, aguardamos respostas.

ALIA - Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids

APP Londrina

ASSUEL

CEBs -Comunidade Eclesial de Base

Coletivo Conexões

Coletivo Feminista Classista Marielle Franco

Coletivo Mobiliza Londrina

Coletivo Quizomba

Comitê Geral Unificado

Comitê Londrinense de Solidariedade

Conselho Regional de Serviço Social/Seccional de Londrina

Consulta Popular

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EPJ - Evangélicos Pela Justiça

Fábrica de Teatro do Oprimido

Frente Feminista de Londrina

Levante Popular da Juventude

Marcha Mundial das Mulheres

MARL - Movimento de Artistas de Rua de Londrina

MTD - Movimento dos Trabalhadores por Direitos

Partido dos Trabalhadores

Partido Socialismo e Liberdade

Pastoral Carcerária

Pastoral do Menor

Pastoral Indigenista de Londrina

Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares

SINDEL - Sindicato dos Eletricitários de Londrina e Região

SindiprolAduel

SINDPREVS-PR

SindSaúde PR

Algumas referências:

<http://www.saude.pr.gov.br>

<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

<http://saude.londrina.pr.gov.br>